

iv. Operação TRIS IN IDEM

OPERACÃO TRIS IN IDEM
28/08/2020

WILSON WITZEL
AFASTADO POR 180 DIAS

17
MANDADOS DE PRISÃO
LUCAS TRISTÃO E PASTOR EVERALDO
(PRESIDENTE DO PSC)

84
BUSCAS E APREENSÕES

COMISSÃO ESPECIAL COVID-19

Em 28 de agosto de 2020, o MPF e a Polícia Federal deflagraram a Operação Tris In Idem, que apura esquema de corrupção estruturado a partir da Governadoria do Estado do Rio de Janeiro.

A Operação Tris In Idem, a partir da decisão monocrática do ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), afastou o governador Wilson Witzel por seis meses e prendeu 13 pessoas. Entre os presos, o ex-secretário de Desenvolvimento do Rio Lucas Tristão e o Pastor Everaldo, presidente nacional do PSC.

Segundo a Polícia Federal, foram cumpridos, 83 mandados de busca e apreensão, sendo um deles expedido durante a deflagração. A Justiça também expediu 16 mandados de prisão, dos quais 13 foram cumpridos, sendo nove no Rio de Janeiro e um em São Paulo. Três mandados eram de alvos que já estavam presos: Mário Peixoto e os sócios Alessandro Duarte e Cassiano Luz.

Dois filhos do Pastor Everaldo também foram presos: Felipe Pereira e Laércio Pereira. Um outro preso conhecido é Gothardo Lopes Netto, ex-prefeito de Volta Redonda.

O nome da operação tem origem de um termo do Direito, 'ne bis in idem'. Em tradução literal do latim, significa algo como "não repetir igualmente", e foi inspirada nas semelhantes e confluências com o esquema da Operação Calicute, que prendeu o ex-governador Sérgio Cabral. As evidências apontam que Wilson Witzel também se cercou de integrantes de dentro e de fora do governo para dar continuidade ao esquema de corrupção, a exemplo de seu antecessor.

Com isso, vemos que a primeira operação, a Mercadores do Caos, serviu para prender quem participou do esquema de corrupção de compra dos ventiladores. A segunda, a Favorito, prendeu o maior fornecedor do estado, o empresário Mário Peixoto. A terceira, a Placebo, mirou nos hospitais de campanha. E a quarta, a "Tris In Idem", focou no governador e em pessoas muito próximas, acusadas de participarem do esquema de corrupção na Saúde.

A Operação Tris in Idem é possível dizer que foi a operação mais impactante. O afastamento é fruto da Cautelar Inominada Criminal nº 35/DF, também em trâmite no STJ. O pedido original do MPF era, inclusive, para que fosse decretada a prisão do Governador Witzel. Em decisão monocrática, o Ministro Benedito Gonçalves determinou afastar cautelarmente o Governador do exercício da função pública e proibir o ingresso nas dependências públicas, além de não poder se comunicar com funcionários e utilizar seu serviços, tudo pelo prazo de 180 dias. Essa decisão já foi referendada pela maioria da Corte Especial do STJ.

a. Prisões e Exonerações: o desgoverno WITZEL

As Operações acima são ilustrativas de como o Estado do Rio de Janeiro se viu refém em plena pandemia.

Da expectativa de que se alcançasse uma resposta na área da saúde às exigências do momento, o que se revelou foram esquemas de corrupção sistematizados, os quais envolviam diretamente a cúpula da Administração Pública Estadual.

Enquanto o plano dos hospitais de campanha foi por água abaixo, integrantes do Governo do Estado do Rio foram investigados e presos.

Em 03 de abril, ocorreu a exoneração da Subsecretária de Gestão da Atenção Integral da Saúde - SUBGAIS, Mariana Scardua e do seu chefe de gabinete. De acordo com reportagens, ambos discordavam do então Subsecretário Executivo Gabriell Neves com relação às contratações que esta vinha fazendo.

Apontado como principal articulador do esquema de corrupção na Secretaria de Estado da Saúde, GABRIELL NEVES, Subsecretário Executivo da SES, foi preso no dia 07 de maio.

Diante dos atrasos nas obras dos Hospitais de Campanha e das denúncias de corrupção, o secretário de Estado de Saúde EDMAR SANTOS foi exonerado no dia 17/05, substituído pelo médico Fernando Ferry.

O superintendente da SES, Carlos Frederico DUBOC, foi preso por suspeita de envolvimento no esquema de corrupção, em 17/06.

Em 19/06, o empresário Mário Peixoto, que havia sido preso preventivamente em 14/05, é acusado de se beneficiar do esquema de corrupção na Saúde junto com mais 16 pessoas, todos denunciados pela suspeita de desviarem R\$ 500 milhões.

Concomitantemente, o Estado já estava no terceiro Secretário à frente da pasta. O ex-Secretário Edmar Santos, que esteve à frente da SES de 01/janeiro/2019 a 18/maio/2020 e como Secretário Extraordinário de Acompanhamento das Ações Governamentais Integradas da COVID-19, entre 18/maio/2020 e 28/maio/2020, responde ao inquérito nº 1338 do Distrito Federal que cursa junto ao Superior Tribunal de Justiça.

Em 02 de junho, em razão de denúncias que envolveram as contratações e obras no Hospital Anchieta, foram exonerados seus dirigentes: Diretor Geral (Marcos Alves Correia), Diretor Assistencial (Ulisses de Oliveira Melo) e Diretora Administrativo e de Recurso Humanos (Renata Gonçalves Kasakewitch). No final do mesmo mês, em 26 de junho, novamente a diretoria do Hospital Anchieta foi trocada, tendo sido exonerados: o Diretor Geral (Jose Manoel Alves de Oliveira) e o Diretor Assistencial (Claudio Spezani).

Em 22/06, o secretário FERNANDO FERRY, que geriu a Secretaria de Saúde de 18 de maio de 2020, entregou o cargo alegando ter herdado um mar de lama da gestão anterior e estar com medo de "sujar seu CPF"¹²⁷. O Coronel dos Bombeiros Alex Bousquet assume então a pasta. Alex da Silva Bousquet entregou a pasta no dia 17 de setembro e, no dia 25 de setembro, foi substituído por Carlos Alberto Chaves de Carvalho.

No dia 25 de junho, em audiência da Comissão do Covid, Ferry voltou a afirmar que deixou o cargo para se preservar, lembrando que o caso possui "45 inconformidades administrativas" e que sua exoneração se deu pois "eu não senti segurança com relação ao meu CPF, com relação a todos esses imbrólios acontecendo, que são bem notórios já na mídia."

No dia 06/07, o ex-secretário Edmar Santos compareceu à audiência da Comissão do Covid, mas não respondeu às perguntas dos deputados. Alegou que exerceria seu direito ao silêncio¹³². No dia 10/07, Edmar Santos foi preso.

Em 03 de setembro, meu gabinete parlamentar encaminhou aos órgãos de controle denúncia contra a decisão de Alex Bousquet, em 18 de julho, de autorizar o contrato de R\$ 14,3 milhões entre a SES e a organização social Instituto dos Lagos Rio (para a gestão da UPA de Nova Iguaçu I), mesmo depois desta OS ter sido alvo de uma operação do MP do Rio, investigada de participar de um esquema que desviou R\$ 9 milhões dos cofres públicos.

Denunciei ainda que a assinatura por Alex Bousquet em 31 de julho do termo aditivo ao contrato entre a SES e a Log Lab Inteligência LTDA, poucos dias depois de seu dirigente, Antônio Fernando Pereira Ribeiro, ter sido alvo da "Operação Negociatas", deflagrada pela Polícia Civil de Goiás. A empresa está no centro de investigações de corrupção, favorecimento e desvio de recursos públicos.

Finalmente, denunciei que a gestão de Bousquet, nomeou em 10 de julho, José Carlos Rodrigues Paes, presidente do conselho do Instituto UNIR Saúde, para o cargo de superintendente de Atenção Especializada, Controle e Avaliação da Secretaria de Saúde.

Em 17 de setembro, o Secretário ALEX BOUSQUET entregou o cargo. A instabilidade decorrente das denúncias de corrupção e má gestão inviabiliza a implementação de qualquer política pública e deixa a população do Rio de Janeiro à deriva, num completo desgoverno.

CAPÍTULO 6

A CONTRATAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE

6.1 A Contratação das Organizações Sociais de Saúde

O modelo de contratação de Organizações Sociais (OSs) na área da saúde ocupa um grande espaço na gestão e no orçamento da saúde no

Estado do Rio de Janeiro, e tem sido apontado pelos órgãos de controle como um dos principais focos de corrupção no Estado.

No ano de 2019, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) contou com quinze OSs contratadas¹³⁶ para a prestação de serviços. No total, os gastos relativos ao pagamento dessas organizações totalizaram mais de 1,7 bilhão de reais. A tabela abaixo mostra quais são as organizações sociais e quanto cada uma delas recebeu da SES no ano de 2019:

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE (OSS) PRESTADORAS DE SERVIÇOS PARA SES EM 2019	PAGO 2019
Instituto dos Lagos - Rio	292.102.800
Instituto de Atenção Básica e Avançada (IABAS)	198.406.220
Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar (PRÓ-SAÚDE)	171.917.520
Instituto Gnosis	159.117.934
Instituto Sócrates Guanaes (ISG)	155.537.950
Hospital Psiquiátrico Mahatma Gandhi	138.268.687
Cruz Vermelha Brasileira - RS (CVB-RS)	112.226.591
Instituto Unir Saúde (UNIR)	110.186.710
Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Ações Práticas e Procedimentos na área de Saúde (INSTITUTO SOLIDÁRIO)	101.243.512
Instituto D'OR de Gestão e Saúde Pública (ID'OR)	71.418.515
Viva Rio (VIVA)	66.968.315
Instituto Diva Alves do Brasil (IDAB)	50.481.210
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Matuipe - Instituto Marie Pierre de Saúde - (IMAPS)	46.294.864
Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (ALSFA)	26.072.771
Associação Filantrópica Nova Esperança (AFNE)	18.909.321
TOTAL	1.719.152.921

Alguns fatores chamam a atenção em relação a esses gastos. Em primeiro lugar, o fato de que 15 OSs receberam, apenas em 2019, um montante tão expressivo. Em segundo lugar, o fato de que entre esses gastos a entidade que recebeu mais recursos foi o Instituto dos Lagos Rio que, além de ter sido alvo de operação do Ministério Público, teve seu pagamento autorizado sem qualquer tipo de glosa.

Apesar do grande investimento, inúmeros problemas em relação a essas contratações têm vindo à tona. Eles estão presentes desde a seleção e contratação das OSs, que muitas vezes apresentam irregularidades e até indício de direcionamento, até a precariedade da prestação dos serviços, o que gera prejuízos imensos à população. Além disso, as contas relativas às OSs não são fiscalizadas de forma eficiente e a prestação de contas muitas vezes é incompleta e feita de maneira indevida, o que leva a prejuízos ao erário público.

Esses problemas ficaram ainda mais evidentes durante a crise do COVID-19. Essa Comissão, ao longo de seus trabalhos, constatou e denunciou graves irregularidades nos contratos de gestão das Organizações Sociais, que levaram ao afastamento do governador Wilson Witzel¹³⁷ no dia 28 de agosto. As OSs contratadas para gerir os Hospitais de Campanha (IABAS) e as UPAS (UNIR) apresentaram problemas em todas as etapas citadas: seleção e contratação, implementação e prestação de contas. Os prejuízos acarretados por essas irregularidades são imensuráveis, além do dano financeiro ao estado, a precariedade da prestação de serviços em meio a uma situação emergencial de pandemia custou vidas.

Porém, grande parte das irregularidades constatadas por essa comissão e pelos órgãos de controle poderiam ter sido evitadas. Para que as futuras contratações de Organizações Sociais sejam idôneas, viemos propor encaminhamentos, sugeridos ao final do presente relatório, que envolvem a proposição de um Projeto de Lei e o agendamento de Audiência Pública com a presença de representantes dos órgãos de controle que já realizaram, ao longo de um ano, estudos nesse sentido, para a discussão e aprimoramento do projeto.

As irregularidades aqui apontadas dizem respeito à forma de execução do modelo de contratação das OSs. Essa Assembleia Legislativa já deu um sinal bastante positivo nesse sentido, já que o projeto de lei nº 2882/2020, de autoria do Poder Executivo, que buscava alterar apenas um único ponto a referida lei estadual, contou com 126 emendas em Plenário, em nítida demonstração de engajamento dos parlamentares.

No entanto, essa primeira reforma legislativa pode ser aprimorada, acrescentando apontamentos do estudo técnico realizado pelos órgãos de controle, para a reforma institucional almejada.

Complementarmente, recomenda-se aprofundar os estudos e o debate para os desdobramentos das mudanças propostas. Neste sentido, aspecto relevante é a extinção das OSs a partir de 2024, conforme Artigo 56, da Lei 6043/2011.

Ainda que haja consenso em relação aos problemas de execução e à bancarrota da contratação da gestão da saúde no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a supressão do modelo implica que o aparato estatal esteja adequadamente organizado para assumir as atribuições que atualmente estão a cargo da OSs, bem como, que mecanismos de monitoramento da prestação de serviços sejam aprimorados, dado que problemas sistêmicos devem persistir e precisarão ser evitados, independente do modelo em vigor, seja público, privado ou misto. Essa medida implica, portanto, em importantes mudanças no sistema de gestão de saúde do Estado do Rio de Janeiro e, por isso, demanda a realização de estudos aprofundados e planejamento que a respalde.

6.2 Irregularidades nos Contratos de Gestão

a. Hospitais de Campanha - IABAS

No caso da OS Iabas os problemas se apresentam desde o início da seleção. Em primeiro lugar, a dispensa da licitação é injustificada, o que indica para o direcionamento na contratação. Em segundo lugar, o contrato celebrado é considerado inválido e é alterado, por meio de termo aditivo, de contrato de prestação de serviços para contrato de gestão. Apesar de o plano de construção dos Hospitais de Campanha passar por mais de 40 alterações ao longo da implementação, diversas irregularidades apresentadas no início permanecem, tais quais a ausência de cronograma físico-financeiro detalhado, a ausência injustificada da estimativa de preços e a indeterminação de quantitativos. Por fim, esses erros resultaram em uma política pública desastrosa, cujo objeto do contrato não é cumprido - sem punição efetiva à OS - e dos sete hospitais acordados apenas dois foram entregues de forma parcial e com irregularidades.

i. Histórico da OS não foi levado em conta:

A OS já apresentava problemas graves pela constatação de (I) Inconformidade financeira e (ii) Não cumprimento da meta de 50% das metas previstas no contrato. Essa questões levaram à desqualificação da OS em 2018, por conta da má gestão dos recursos públicos, que gerou prejuízo aos usuários dos serviços.

Além disso, a multa aplicada sobre o IABAS em 2017 não foi paga, o que levou à inscrição da instituição na Dívida Ativa do Município e teve a execução fiscal ajuizada em janeiro de 2019. Pelo exposto, a OS não tem mais contratos com a gestão municipal e está proibida de participar de disputas na cidade do Rio de Janeiro por dois anos. Ainda assim, ela foi a selecionada para um contrato de quase 1 bilhão de reais com o Estado do Rio de Janeiro, o que mostra que existe um grave problema nos critérios de seleção das OSs.